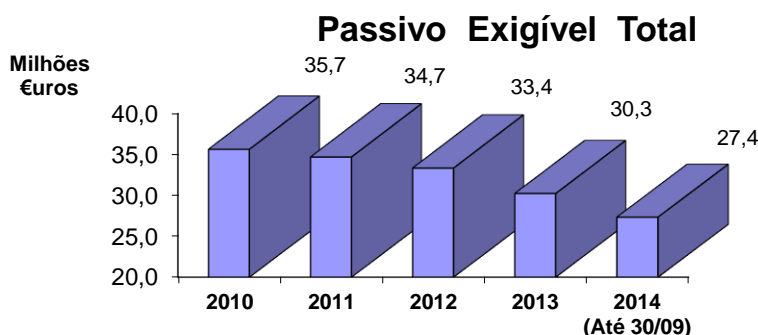


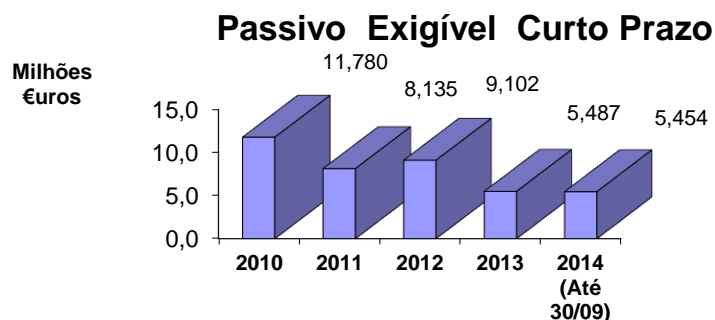
AC. EM CÂMARA

(02) PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO:-

Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2014, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2015** - Para o Plano de Atividades e Orçamento para 2015. Temos como referência de partida os constrangimentos das transferências de verbas do Estado, a introdução do Fundo de Apoio Municipal, que retira durante sete anos ao Município o montante de 322.918 euros, e as fracas expectativas económicas de crescimento de Portugal. Conjugam-se ainda as dificuldades associadas ao fim de um ciclo de fundos comunitários e ao início do novo ciclo de programação de fundos mais severo e restritivo nas ações a financiar para os municípios e entidades intermunicipais. O Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2015 e anos seguintes terá de ser um instrumento de apoio ao acolhimento empresarial, prudente na afetação de recursos associados a investimentos infraestruturais e muito flexível para poder corresponder a novas realidades sócio económica resultantes deste contexto de crise.



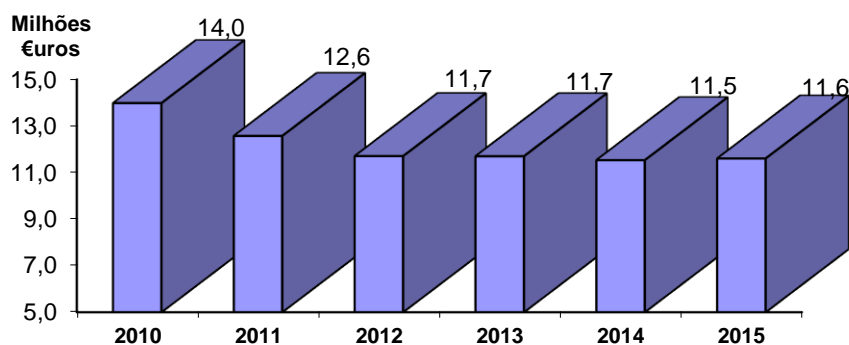
O **Passivo Exigível Total**, no período de (31/12/2010 a 30/09/2014) registou uma queda de 23%.



O **“Passivo Exigível de Curto Prazo”**, no período de (31/12/2010 a 30/09/2014), registou uma diminuição de 54%.

As **Transferências do Orçamento de Estado** têm vindo a decrescer neste mesmo período, causando dificuldades aos Municípios para assegurar as funções de apoio aos cidadãos, nomeadamente as do ensino público e das áreas sociais.

Transferência Orçamento Estado (FEF+FSM)



O Município de Viana do Castelo tem vindo a efetuar um bom aproveitamento dos Fundos Comunitários permitindo desta forma a realização de bons projetos como infraestruturas de água e saneamento, equipamentos escolares, equipamentos desportivos e qualificação de áreas de acolhimento empresarial. O atraso na abertura dos avisos do “overbooking”, deste quadro comunitário de apoio ao ON2 e a não abertura dos programas de apoio ao ciclo urbano da água, como o POVT, prejudicaram obtenção destes recursos pelos municípios. **O Orçamento Municipal para o ano 2015 aumenta para 61, milhões de euros, na expectativa de receita proveniente de financiamentos comunitários para alguns projetos que estão identificados no nosso plano de investimentos para 2015. As grandes linhas estratégicas para 2015 e próximos anos:** A atual conjuntura económica e social leva-nos no entanto a ter de reforçar alguns destes eixos por razões conjunturais como são o reforço das componentes sociais e de educação e o maior enfoque na área do apoio ao emprego e à fixação de novas atividades empresariais em Viana do Castelo. **1.Consolidar o projeto de requalificação urbana e de excelência ambiental de Viana do Castelo;** Continuaremos a Requalificação/ Reabilitação/ Regeneração urbana e ambiental da cidade através da qualificação do espaço público do centro histórico, promovendo-se a reabilitação das habitações do centro histórico, no âmbito da ARU – Área de Reabilitação Urbana. Entre outras estão previstas intervenções no Largo Vasco da Gama, Largo da Paz e Rua Frei Bartolomeu dos Mártires. Efetuaremos em parceria com as Juntas e Uniões de Freguesias intervenções de qualificação do espaço público e de Reabilitação de Edifícios para fins Culturais e Sociais, regenerando espaços e edifícios públicos. Com a ação do Programa Polis Litoral Norte será efetuada a requalificação das frentes

marítimas e proteção da orla costeira – Afife, Carreço, Praia Norte, Cabedelo, Amorosa e Castelo de Neiva, bem como os Planos de Praia de Ínsua, Arda, Paçô, Cabedelo, Amorosa Velha e Pedra Alta. **2. Aprofundar a coesão do território através de parcerias com as juntas de freguesia;** Apesar das dificuldades financeiras de todos conhecidas vamos apostar no reforço do investimento nas freguesias, reforçando as verbas para investimento no próximo ano em cerca de meio milhão de euros. Continuaremos a colaborar e a incentivar as Juntas de Freguesia no desenho de políticas sociais, de saúde e de solidariedade. Esta cooperação permitiu no passado e estamos certo será reforçada no futuro para o desenvolvimento das áreas culturais e desportivas, no apoio à educação, no acolhimento empresarial, na promoção dos produtos regionais e na valorização dos espaços naturais e patrimoniais. As intervenções prioritárias nas freguesias estão já identificadas no PAO para as áreas de infraestruturas básicas de água e saneamento, qualificação/alargamento de cemitérios e beneficiação da rede viária. **3. Apostar na educação, no desporto, na cultura e na criação cultural como fatores essenciais do desenvolvimento humano de Viana do Castelo;** O PAO de 2015 atribui recursos consideráveis às escolas e jardins de infância com um programa de eliminação das coberturas de fibrocimento até ao início do próximo ano letivo e um conjunto de obras de requalificação de alguns edifícios. Aguardamos também a aprovação da candidatura da EB2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires. Viana do Castelo tem-se afirmado nos últimos anos com um Concelho Culturalmente distintivo que tem sabido aliar valor da tradição à inovação e arrojo da contemporaneidade. Neste sentido, continuará a valorização e preservação da Cultura Castreja, instalação do núcleo do Castro de Vieites, com a recuperação de castros e mamoaas, a criação dos roteiros do azulejo, da talha dourada e do estuque, a certificação do traje à vianesa e a implementação da rede municipal de percursos pedestres. Apoiaremos também a criação e a inovação cultural, através da Companhia de Teatro residente, da Academia de Música de Viana do Castelo das Bandas Filarmónicas do concelho e das Associações Culturais, promovendo projetos que valorizem a conjugação das várias linguagens artísticas e que animem os equipamentos culturais existentes, como o Centro Cultural, o Teatro Municipal e os Museus. **4. Proporcionar um ambiente favorável para o acolhimento empresarial, para a inovação e para a promoção do comércio tradicional;** A consolidação e estabilização do regime de **INCENTIVOS** tem conferido ao município uma maior competitividade, e conseqüentemente a atração de novos investimentos no concelho. Vamos continuar com as medidas de incentivos e programas de apoio, como **isenções e reduções nas taxas de licenciamento, de IMT e IMI, disponibilização de crédito, Finicia e Microcrédito**, proporcionarão afirmar e a consolidar os Clusters empresariais existentes, promovendo e incrementando condições para a criação de emprego, alargamento do tecido industrial a áreas e setores complementares aos atuais Clusters e reforçar a atratividade, competitividade e inovação do nosso concelho. Não menos relevante, e considerando a dimensão da nossa rede empresarial - industrial - que congrega Parques Empresarias, Zonas Industriais e Zonas de Atividades Económicas. A disponibilização de meios financeiros para a requalificação desses mesmos espaços de

acolhimento, bem como a atuação na emergente e necessária gestão integrada do mesmos, ações que o executivo se propõe desenvolver e materializar, envolvendo todos os atores do setor, incentivando para a organização e associação dos mesmos num modelo de dinamização e gestão partilhada.

5. Desenvolver as bases de uma nova cultura marítima no concelho e promover a cidade náutica atlântica; Continuaremos a apoiar a forte dinâmica dos centros náuticos, incentivando o projeto para a prática de desportos náuticos nas escolas, contribuindo desta forma com os clubes, associações e empresários para incentivar o turismo náutico e o gosto pelas atividades marítimas em Viana do Castelo. A economia do mar que começa a dar os primeiros passos em Viana do Castelo contará também, estamos certos com as nossas escolas de ensino superior e na iniciativa dos nossos empresários.

6. Alargar e aprofundar as políticas municipais de solidariedade com todas as instituições e com os cidadãos mais desprotegidos; Reforçaremos as medidas de apoio às famílias, na exata medida das necessidades que possam surgir, e dando especial enfoque àquelas que possam contribuir para a satisfação das necessidades básicas de alimentação, habitação digna, acesso à educação e à saúde; Consolidaremos os serviços/estruturas de proximidade ao nível das freguesias com vista à promoção de atividades de intervenção comunitária e apoio a situações de vulnerabilidade, dando continuidade ao trabalho já iniciado nas freguesias de Alvarães, Areosa e União de Freguesias de Nogueira, Vilar de Murteda e Meixedo; Continuaremos a aposta no Observatório Social e da Saúde como forma de promoção da investigação e do conhecimento aprofundado das questões sociais que conduzam à implementação de medidas de intervenção identificadas como necessárias e adequadas à resolução dos problemas;

7. Orçamento Participativo – Projetos Culturais e Sociais Este executivo tem já em curso o Orçamento Participativo em 2014, contribuindo assim para o exercício de uma nova forma de governação, na qual a participação direta dos cidadãos é imprescindível seja em processos de consulta, seja na definição de prioridades face ao investimento do orçamento público. Esta nova iniciativa municipal será continuada em 2015, podendo ser alargada a outras áreas de intervenção/projetos nas freguesias do concelho Viana do Castelo.

8. CIM Alto Minho – Estratégia 2020 A CIM do Alto Minho dará sequência à Estratégia “ Alto Minho 2020” através de um Plano de Ação que integra um conjunto de projetos a consensualizar entre os diversos municípios e parceiros do território. No entanto esta estratégia só poderá ter sucesso se houver possibilidade de aumentar as escassas verbas previstas para a contratualização do novo Portugal 2020 e Norte 2020. A Comunidade Intermunicipal e os Municípios do Alto Minho comprometem-se a desenvolver ações na área da competitividade do território e na sustentabilidade social e ambiental do Alto Minho. (a) José Maria Costa.”.

APRESENTAÇÃO DE VEREADOR:- Quando os trabalhos iam neste ponto apresentou-se o Vereador Eduardo Teixeira. O Vereador Eduardo Teixeira fez vários comentários relativos aos documentos submetidos à aprovação, designadamente que:- Este é um orçamento de pagamento e não um orçamento de investimentos; O orçamento participativo, que foi apresentado como uma novidade, já constava do orçamento do ano

passado e não foi executado, pelo que o valor inscrito na respectiva rubrica orçamental deveria ser duplicado, em virtude da adição do montante que não foi gasto em 2014. O PSD fez onze propostas de investimentos para serem incluídas no Plano e Orçamento, de que destacou o estacionamento público, a gestão de equipamentos e as transferências para as Juntas de Freguesia, as quais não foram contempladas; No ano de 2015 as transferências do orçamento de Estado vão ser aumentadas; O orçamento contempla um aumento da carga fiscal sobre os vianenses, o IRS vai aumentar em cerca de 30% e o IMI irá ter um aumento em valor absoluto de dois milhões de euros; Em face dos dados precedentes a Câmara Municipal vai receber dos vianenses mais três milhões de euros em 2015 pelo que estes mereciam que houvesse um aumento do investimento público; Perguntou qual o montante das receitas e das despesas do funcionamento do Centro Cultural e quais as rubricas orçamentais afectas aqueles; Perguntou por que razão a obra do novo mercado municipal só apresenta uma dotação de mil euros quando o ano passado tinha uma dotação de 800 mil euros; Os presidentes das juntas de freguesia queixam-se da falta de transferência de verbas por parte da Câmara Municipal; O orçamento prevê uma dotação de 1.943 mil euros para obras no âmbito do programa do Polis Litoral Norte, sem referir que obras em concreto estão previstas neste montante. Insistiu mais uma vez na necessidade de ser feito um plano de contenção de despesas com os recursos humanos. Perguntou também onde está prevista a obra de requalificação da área envolvente da Capela da Sra. do Alívio. O Presidente da Câmara chamou a atenção do Vereador Eduardo Teixeira para a incoerência que demonstra entre as posições que adota na Assembleia da República, aprovando todas as medidas de aumento da carga fiscal, e as posições adotadas no Executivo Municipal em que pugna pela redução da carga fiscal. Acrescentou que, contrariamente ao afirmado, irá haver uma diminuição das receitas próprias do Município, face aos incentivos fiscais já aprovados para o ano de 2015 e que no corrente ano representaram uma redução da receita em cerca de 800 mil euros. Relativamente ao orçamento participativo referiu que não havia experiência da forma como deveria ser gerido, razão pela qual a maioria das câmaras não os pôs em execução e só no próximo ano estarão em condições de lhes dar execução. Quanto ao novo mercado municipal referiu que o projecto teve que ser revisto de modo a ser adequado as actuais exigências, daí a razão pela qual o investimento foi adiado. Por último, referiu que as transferências do orçamento de Estado para a Câmara Municipal vão ter um aumento de apenas 0,6% e para o conjunto das freguesias um aumento de apenas 1,3%. Por sua vez a Câmara Municipal não só vai manter o volume de transferências para as freguesias como vai aumentar o investimento nas mesmas em cerca de meio milhão de euros. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor e 4 votos contra, pelo que foi deliberado propor os referidos

documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD:- “DECLARAÇÃO DE VOTO - ORÇAMENTO DE PAGAMENTOS E NÃO DE INVESTIMENTOS - O Mercado Municipal apenas tem refletido em 2015, 1.000 €. O que demonstra que mais um ano passa, sem que se faça o que o Presidente do Município diz ano após ano. O Orçamento Participativo em 2014 não tem verba, como se vê na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. O valor de 2014 transita para 2015, logo seria, no nosso entender justo que uma vez que não foi utilizado em 2014, acumulasse e assim se duplicasse o montante em 2015, só assim garantiríamos justiça e equidade. As propostas do PSD não foram incluídas neste orçamento, nomeadamente:- 1 – Rever a política de estacionamento à superfície. Não é tolerável que na nossa cidade haja uma indisciplina generalizada que nos envergonha perante quem nos visita. Como não é tolerável que quem não dispõe de dinheiro para pagar os preços dos parques, atualmente muito altos, quase não tenha onde estacionar a não ser em locais com placas que o impedem. 2- Quem se dirige ao Hospital, vindo da A28-Meadela, e não conhece o seu acesso, vai ter à Areosa porque na Rampa de Acesso, junto à entrada do Elevador, há uma placa com indicação de muita coisa, menos do Hospital. Há que corrigir essa placa indicativa. 3- Quartel Velho dos Bombeiros Municipais – A Câmara deve olhar para aquilo que ali está e no mínimo demolir o edifício antes que caia, falando com o proprietário atual. 4- O loteamento da Polis, junto ao Parque da Cidade, não deve ser vendido. Pelos valores que se ouvem na comunicação social, melhor será ficar com eles para um dia ser lá construído um Bairro Social. 5- Há uma ligação prevista entre o edifício construído no antigo Mercado e a Praça Frei Gonçalves Velho. Compraram-se dois edifícios que lá estão a cair. Não haverá dinheiro para construir a rua com cerca de 20 metros? 6- Coração de Viana nas Rotundas todo o ano. 7- Livros de oferta para as crianças do 1º ciclo. 8- Investimentos nas Freguesias e apoio ao dinamismo da economia local. 9- Um modelo de gestão para o Coliseu, que permita equilíbrio financeiro entre receitas e custos e não custos tão expressivos. 10- Apoio à Criação de Emprego da região, fixando e atraindo negócios para a região. 11 – Mais Infraestruturas Desportivas, como o skatepark entre outros que potenciam o Desporto ao ar livre, como também mais ciclovias. Ao contrário do afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara, os Fundos do FEF, em conjunto com as outras transferências do Estado, aumentaram relativamente ao ano passado. Nos impostos locais, o IRS de 2,6 milhares de Euros passa para 3,4ME, o que corresponde a um aumento de cerca de 31,2%, o que permitiria assim ajustar o IMI e a própria taxa de IRS, permitindo desta forma um alívio fiscal aos vianenses, ao contrário de manter tudo nas taxas máximas, como por exemplo a do IRS. Não conseguimos encontrar em lado algum, qual a rubrica em que se registam as receitas e os custos do Centro Cultural de Viana do Castelo. Relativamente ao Polis surge uma verba de

1.943.000€, mas não é feita referência às obras que contemplam este valor. O PSD vota contra este orçamento, por ser um orçamento de pagamentos e não de investimento, por não refletir a resposta às reais necessidades dos vianenses e aconselha o Município a desenvolver e implementar de imediato, um Plano de Contenção de Custos. (a) Eduardo Teixeira; (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”.

DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU:- “DECLARAÇÃO DE VOTO - Este plano e orçamento sofre as consequências da gestão de anteriores mandatos municipais que foram adiando investimentos em infraestruturas e equipamentos essenciais à população (rede de saneamento básico, rede de águas pluviais, parques infantis, arranjo de vias municipais e passeios, parques de estacionamento público, equipamentos para apoio a associações culturais, etc) e deram prioridade a contratos de concessão, com cláusulas leoninas, como aconteceu com a aquisição de água em alta, alguns parques de estacionamento e a marina. Por outro lado, quando era mais fácil o recurso a fundos comunitários a maioria (o PS há mais de 20 anos) deu prioridade a obras que davam no olho do cidadão eleitor e descurou o investimento em infraestruturas e equipamentos básicos essenciais. Entretanto, com os sucessivos ataques ao poder local democrático ao longo dos anos, com destaque para estes mais recentes, designadamente os cortes do chamado Fundo de Apoio Municipal, aliada à política nacional nefasta para os vianenses, a autarquia vê-se impossibilitada de se lançar em investimentos para colmatar as enormes carências da população, sem a participação de fundos comunitários. Assim, este orçamento é o resultado de tudo isso, pelo que o voto da CDU não se refere apenas à gestão actual, que reconhece ter dificuldades em dar todas as respostas necessárias. É também um protesto perante decisões anteriores, que, aliás, já na época mereceram a oposição da CDU por reear aquilo que neste momento se está a viver. E é também um protesto contra as sucessivas políticas governamentais que atiraram o poder local para uma situação muito difícil, de que os trabalhadores e as populações são as principais vítimas. O que temos agora no plano e orçamento para 2015 é uma mão cheia de quase nada, dado que a inscrição da maioria dos projectos de obras está feita por um valor simbólico, à espera do que irá acontecer com os fundos comunitários. Só que também para estes investimentos sempre se exige uma parcela mais ou menos significativa de fundos municipais, que podem não existir. Assim, a credibilidade deste plano e orçamento, no que se refere a investimentos, é muito escassa. Aliás, já foi o que aconteceu em 2014. Em todas as reuniões do executivo municipal houve alterações orçamentais. A leitura dos próprios documentos o referem. Por exemplo, no plano de actividades dos serviços de saneamento básico afirma-se “Caso se confirme o acesso aos fundos comunitários, a expansão de rede de água e saneamento abrangerá diversas freguesias, nomeadamente, Vila de Punhe, Castelo de Neiva, São Romão de Neiva, Mazarefes, Vila Fria e Deão.” Mas, mesmo assim, continuam a faltar muitas freguesias, como Vila Franca, Cardielos e Serreleis, Lanheses e tantas outras, incluindo a necessidade de substituir estações elevatórias antigas, como em Afife. O que significa que as populações continuarão sem resposta para os seus problemas. Por outro lado, outra consequência da gestão errada de executivos anteriores está igualmente expressa no

documento dos serviços municipalizados de saneamento quando refere que agora vai ser “obrigatória” a compra de água à empresa Águas do Noroeste, apesar do município de Viana do Castelo ter água própria, o que terá custos elevados para a população, seja directamente por um possível aumento do preço da água e saneamento e custos elevados nas taxas de ligação às redes, seja indirectamente pela falta de recursos para novos investimentos, continuando a deixar populações sem acesso a estes serviços fundamentais. Quanto à situação dos arruamentos e outras obras previstas no plano de actividades da Camara Municipal, registre-se a escassa verba prevista para obras essenciais, mesmo para aquelas que já tem concursos abertos há muito tempo. Veja-se o caso da Rua Cidade de Riom. Apenas está definido 160 mil euros para o próximo ano, porque um milhão de euros foi já tirado para 2016. Isto significa que os moradores vão ter de aguentar, pelo menos por mais um ano, a situação dramática em que se encontram. Mas esta situação repete-se para a maioria das obras previstas. Em muitos caos, a verba inscrita de mil euros mal dá para iniciar o projecto. Quanto às transferências para as freguesias, a situação é de carência, sobretudo se tivermos em conta as dificuldades financeiras que a maioria atravessa, devido também aos atrasos nas transferências municipais. Veremos a evolução de toda esta situação no próximo ano, que iremos acompanhar com especial cuidado. (a) Ilda Figueiredo.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS:- “DECLARAÇÃO DE VOTO - O Plano de Actividades de Orçamento para 2015 representa um exercício de contenção da despesa corrente que permite uma aposta clara do Município no investimento. Foi possível ainda ter um PAO que tem uma forte sensibilidade para os temas sociais e da educação. Este Plano de Actividades aposta claramente no acolhimento empresarial, ou seja no apoio à economia e ao emprego, nas áreas de apoio social e da educação e na coesão territorial com as Juntas de Freguesia. (a) José Maria Costa. (a) Vítor Lemos; (a) Ana Margarida Silva; (a) Luis Nobre; (a) Maria José Guerreiro”.**

30.OUTUBRO.2014